

A EDUCAÇÃO INTEGRAL E A BNCC: CONTRIBUIÇÕES E IMPASSES PARA FORTALECER O CURRÍCULO ESCOLAR

Áurea Andrezza Silva dos Santos
aureassantos@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A caminhada histórica da concepção de Educação Integral é um anseio desde a década de 1920, de continuidade e descontinuidade, para que esse tipo de educação tivesse possibilidades de ser concretizada. A mesma é declarada de forma implícita no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932¹, que explicitava a relevância, naquele momento histórico, de renovar a educação brasileira, adotando um modelo de educação que não fosse excludente e buscasse a formação integral do sujeito através da vinculação do trabalho escolar com o meio social a que o sujeito pertence.

Entendemos que, educação integral é uma concepção de educação, buscando enaltecer a plena integralidade do ato de educar, ou seja, não submeter o aluno a um empobrecido currículo fragmentado e excludente, que nos ensina basicamente disciplinas isoladas, mas aprender, a dançar, brincar, refletir, criticar, pintar, cantar, algo que totalize e contribua para a construção da emancipação do sujeito e constitua a cidadania integral. (PARO, 2009).

Contudo vale advertir que referente a outros países desenvolvidos que compõe a Europa, America Ocidental e até mesmo a América Latina, o Brasil, apesar dos inúmeros esforços para a implantação da educação integral nos municípios brasileiros, é um país ainda bastante atrasado neste processo. (PEGORER, 2014). Tanto que sua retomada aparece em 2007 com o Programa Mais Educação (PME), criado no governo do então Presidente Luiz

¹ O Manifesto dos Pioneiros de 1932 consistia no documento que ambicionava pela reconstrução educacional brasileira, que elegia a escola pública, laica, gratuita como dever do Estado. Disseminava que “a educação deve ser universal, isto é, tem de ser organizada e ampliada de maneira que seja possível ministrá-la a todos sem distinções de qualquer ordem; obrigatória e gratuita em todos os graus; integral, no sentido de que, destinando-se a contribuir para a formação da personalidade da criança, do adolescente e do jovem, deve assegurar a todos o maior desenvolvimento de suas capacidades físicas, morais, intelectuais e artísticas.”. (AZEVEDO, 1932 p. 90).

Inácio Lula da Silva (2002-2010), que buscou impulsionar a realização da política de educação integral e busca essa ampliação com a construção da oferta da concepção da mesma.

A Educação Integral não possui somente um marco histórico, mas também o marco legal, como por exemplo, sendo garantida legalmente na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), e na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional de 1996 (LDB/1996), no Plano Nacional de Educação (2000-2010/ 2014-2024) e em outros documentos como a própria BNCC. Portanto percebemos a retomada deste tipo de educação poderá contribuir no processo de ensino, e a partir desta possibilidade nosso estudo evidencia dentre os componentes pedagógicos, o currículo, como um fator fundamental para a implementação da educação integral no ambiente escolar. Destacamos que não é somente ele, para este processo, mas consideramos fundamental, pois o mesmo é determinante para o processo de ensino.

A questão de currículo sempre mereceu destaque nos debates educacionais, bem como na política educacional. O mesmo atualmente se destacou com a elaboração e implantação da BNCC. Ter uma base nacional comum e unificada em todo o país já era um anseio exposta na CF/1988 e da LDB/1996, portanto a Base promulgada através da Lei nº 13.415/2017, um documento normativo que deve ser entendido como um documento oficial que tem como objetivo orientar a prática docente, assim norteando os currículos oficiais, cuja, a orientação é de prescrever de competências e habilidades, necessárias, para que o aluno utilize para sua vida, logo para que assim se possa alcançar a qualidade no ensino brasileiro. Tal documento começa a ser elaborado em 2013. Cury (2018, p. 48) assevera que,

A elaboração de uma base nacional comum curricular tem a ver com uma constituição de uma cidadania portadora de uma representatividade e de participação. E a educação escolar é uma forma de viabilizar esta vida cidadã nos espaços de uma coesão nacional que garanta os princípios de igualdade e da liberdade.

Entendemos que a base poderá contribuir na constituição de cidadãos, que se façam representantes de qualquer processo, bem como participativos, ou seja, atuantes na sociedade civil, na busca por igualdade de direito e deveres, e neste contexto a escola seria um grande palco para dar início a esta

vida cidadã. Contudo tal processo não é tão fácil quanto se pensa, pois a escola em alguns momentos se torna excludente, se tornar um espaço que durante muitas décadas forneceu uma escolaridade elementar, que pudesse atender a necessidade das empresas produtivas. Devemos neste momento inicial dizer que a BNCC não é um currículo, a base deverá orientar os currículos municipais e estaduais.

Mediante isso a construção deste artigo é contextualizar a educação integral e o que entendemos sobre ela, refletir sobre o currículo e como ambos podem contribuir para o desenvolvimento da BNCC.

A EDUCAÇÃO INTEGRAL: VELHOS HORIZONTES PARA POSSÍVEIS NOVOS RUMOS EDUCACIONAIS

Buscar renovar a educação brasileira, bem como alcançar a qualidade que a mesma precisava ter principalmente no ensino público, sempre foi um plano ambicioso com vitórias e derrotas, com dúvidas e incertezas. Anísio Teixeira já anunciava que a “educação não é um privilégio”, não deveria pertencer a determinado grupo, e a escola deveria ser um espaço que deveria proporcionar democracia, e lutar pela correção das desigualdades em todos os aspectos oriundas de posses social, financeira ou cultural. Teixeira (1994, p.50) já nos alertava sobre isso,

mesmo no ensino primário vamos encontrar a nossa tendência visceral para considerar a educação um processo de preparo de alguns indivíduos para uma vida mais fácil e, em rigor, privilegiada (...) o processo educativo é um processo seletivo, destinado a retirar da massa alguns privilegiados para uma vida melhor, que se fará exatamente possível porque muitos ficarão na massa a serviço dos “educados”, então o sistema funciona, exatamente por não educar a todos, mas somente uma parte.

Compreendemos a partir disso que a educação em nosso país não era pensada para todos, ou seja, não era focada para formar a todos, pois alguns apenas seriam privilegiados, fortalecendo processo educativo até hoje excludente, sejam devido às questões das políticas públicas educacionais, que não atinge a todos, seja até mesmo sendo materializada na prática docente do cotidiano da sala de aula. Segundo Teixeira (1994) a educação deveria ser

para todos, oportunizaria igualdade para estes, e os levariam para a integração social. Eis a relevância da defesa da educação integral.

Portanto a Educação Integral já foi proposta como política de governo no Brasil, ligada estritamente à responsabilidade dos sistemas de ensino. Assim, foram propostas e implementadas escolas de tempo integral, como as escolas-parque em 1954, desenvolvidas por Anísio Teixeira na Bahia, os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), em 1986, e os Centros Integrados de Apoio à Criança (CIACs), em 1990.

A possível consolidação da educação integral na educação brasileira enfrenta barreiras enraizadas historicamente, como estrutura física da escola, questão de financiamento da educação, a formação de professores, bem como a organização do trabalho pedagógico, no que se refere a estruturação curricular da escola. Essas citadas entre outras são fatores principais para que possamos alcançar o desenvolvimento integral do aluno, a educação que foque e desenvolva as potencialidades existentes em nossos alunos.

Para Moll (2019) não termos uma escola pública que ofereça qualidade para todos, devido a ineficiência do estado em gerenciar suas funções básicas, e sobretudo, pela falta da criação de um projeto de nação em que todos sejam incluídos e que possa desenvolver e expandir as potencialidades humanas como maior patrimônio para se desenvolver uma nação,

O que temos presenciado nas últimas décadas são planos de governo e descontinuidade administrativa. O plano de Estado que foque a educação como prioridade precisa enaltecer o potencial humano, buscar formas para desenvolver as mesmas da melhor forma possível, eis então a importância da educação integral que procura a formação humana integral. Entendemos que não é um processo fácil, porém possível, mas necessita de um plano de Estado, que viabilize políticas públicas para enfrentar as desigualdades sociais, econômicas e regionais.

Contudo ressaltamos que nesse momento, Oliveira (2010) que alerta sobre o cenário educacional brasileiro é composto pela desigualdade econômica entre os entes federados e a falta de cumprimento das competências que cada um deveria realizar, contudo o que temos são diferentes condições de oferta. Mediante a isso temos um sistema federativo

heterogêneo, não há um direito a educação igual para todos. Ainda segundo o autor para por fim a desigualdade regional, a saída seria uma reforma tributária alinhada com as políticas sociais. (OLIVEIRA, 2010). Enquanto isso não ocorre, os gastos com as políticas sociais aumentam, fazendo o Estado gastar o que de fato não tem.

Para a implementação da educação integral inúmeras lacunas precisam ser sanadas, para sua possível efetivação. Entendemos que para termos esse tipo de educação como um direito, modificações são necessárias, não somente apenas na comunidade escolar, mas mudanças nas políticas educacionais, ter seriedade na elaboração e concretização de um plano de Estado voltado para a educação integral. De acordo com Mazza (2019, p.27),

Um projeto de educação integral para a contemporaneidade deveria ter como centro a educação política das gerações para que Auschwitz não se repita.

O direito do Estado não pode estar acima dos interesses de vida dos integrantes que o legitimam. As pessoas que executam tarefas e que agem contra a vida humana, são assassinas de si mesmas na medida em que assassinam seus semelhantes. Evitar o terror é impedir o aparecimento de assassinos de gabinetes e de pessoas subalternas que perpetuam a própria servidão, executando genocídios e reeditando o terror. Esta é uma agenda para a uma educação integral que aponte para a emancipação humana.

Percebemos então a partir disso que não adianta apenas citar o termo educação integral e não efetivar de fato essa concepção. O direito do sujeito à educação deve ser soberana quando comparada ao direito de Estado. Cabe a este garantir o direito de todos, para que se alcance um projeto de educação emancipatória. Entretanto sabemos que o processo deste projeto é árduo e arduoso, pois determinadas soluções governamentais vão de contra a ideia de defesa da vida humana.

Há vários conceitos divergentes quando se trata de educação integral. Contudo, eles convergem ao entender que o ser humano deve ser visto em sua totalidade, não sintetizando apenas a questão cognitiva, mas mencionando com mesma importância as dimensões corporal, social, afetiva, cultural, entre outras, que constituem o ser humano integral. Este é um contexto defendido pela BNCC, a formação do indivíduo em todos os aspectos. Nessa perspectiva, a escola se articulará mais com a comunidade local culminado em projetos que

contribuam para a formação integral do sujeito. Paro (2009, p. 13) utiliza o termo “educação integral em tempo integral” e alerta que:

O tema *Educação integral em tempo integral* já evidencia algo relevante, pois não confunde educação de tempo integral, ou *extensão do tempo* de escolaridade, com *educação integral*. É preciso que este ponto fique muito claro, para separarmos de vez uma tendência que entende que a extensão do tempo de escolaridade seja apenas isso: fazer em mais tempo aquilo que já se faz hoje. Isso pode ser extremamente perigoso, porque nós podemos está simplesmente aumentando a desgraça, dando mais da mesma coisa...

Compreendemos que a educação integral é uma concepção de educação que poderá ser ofertada ou dentro de uma jornada ampliada nas escolas, como o próprio Paro (2009) coloca que somente aumentar o tempo, por aumentar não soluciona a crise educacional. Educar integralmente é ampliar espaço e tempo com objetivos traçados, e ofertar um currículo que possua além de conhecimentos científicos e experiências que vivenciem questões artísticas, culturais, esportivas, e os saberes da comunidade em volta do espaço escolar. É prover em partes o capital humano, constituindo assim o sujeito pleno, crítico e ativo.

É neste rastro histórico que se lançou o Plano de Desenvolvimento de Educação (PDE), com o intuito de recuperar a educação brasileira do caos já implantado e enraizado há muitos anos em nosso país. Ao mesmo tempo do lançamento do PDE tivemos a promulgação do Decreto nº 6.094, dispondo sobre o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”², que é o alicerce do PDE (GADOTTI, 2008). No 2º artigo do “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” está traçado o interesse para a ampliação do tempo escolar como uma das formas de combater a repetência e a recuperação e progressão parcial. Dentro do PDE temos a ação chamada Programa Mais Educação, que no Decreto Presidencial 7083/2010 (Brasil, 2010), os objetivos do PME exibidos no 3º artigo são:

² Instituído pelo decreto 6.094/2007 o plano tem por objetivo conjugar os esforços de União, estados e municípios e família para desenvolverem as diretrizes em suas redes de escolas e nas práticas pedagógicas respeitando as metas do IDEB para assegurar a qualidade da educação básica.

- I- formular política educacional de educação básica em tempo integral;
- II- promover diálogo entre os conteúdos escolares e o saberes locais;
- III- favorecer a convivência ente professores, alunos e suas comunidades;
- IV- disseminar as experiências das escolas que desenvolvem atividades de educação integral.

Percebemos no Decreto acima a valorização dos saberes entre escola e a comunidade local e a menção dos termos educação integral e tempo integral. A temática a esta educação é atrelada à escola de tempo integral e a inúmeras e diversas iniciativas de implantação de rica importância que preencheram o contexto educacional brasileiro. O que notamos é que as escolas que se denominam de tempo integral ainda caminham para ofertar o que hoje se entende como concepção de Educação Integral, pois apenas realizam extensão de atividades esportivas, artísticas e ou culturais sem relação com o currículo escolar que é necessário para o desenvolvimento da Educação Integral.

A Educação Integral possui campo fértil no Brasil neste século XXI, não somente na área educacional, mas também na área social devido ter um proposito de combater um grande problema que assola milhões de crianças e adolescentes brasileiros, a vulnerabilidade social, que fortalece a pobreza e as desigualdades sociais. A escola possui papel fundamental para enfrentar este problema, pois ela “representa praticamente a única presença do Estado na vida dessas comunidades” (COSTA, 2012, p.478). Contudo, esta presença do Estado se torna precária, com a oferta de uma educação pública de pouca qualidade, além da má infraestrutura física dos prédios, baixos salários dos profissionais da educação e descontinuidade das políticas públicas educacionais.

Assim Deparamo-nos neste momento com a grave crise de financiamento da educação, que cada vez mais reduz recursos financeiros para a educação pública. De acordo com Peroni (2020, p.11) isso ocorre devido,

o conceito cada vez mais propalado, é o que a educação pública, no Brasil, é precária, e o privado “deve contribuir” para elevar sua qualidade, trazendo os princípios do mercado que são mais eficientes e produtivos. Isso é parte do diagnóstico neoliberal de que o setor público é o culpado pela crise e o âmbito privado deve ser o parâmetro da qualidade.

Compreendemos com mais cortes no financiamento da educação, a educação pública para os setores privados é menos eficiente, e isso se torna justificativa para uma presença cada vez mais forte de instituições privadas orquestrando a tomada de decisões da educação pública. Na escola pública é visível sua presença seja no currículo (hoje mais evidente devido a BNCC), na escolha dos livros didáticos, nas avaliações externa (Prova Brasil) e até na direção escolar.

Atuar através da concepção de Educação Integral é repensar e articular principalmente duas variáveis: o tempo e espaço. Entendemos que aumentar o tempo sem um direcionamento sem uma reorganização pedagógica no ambiente escolar, sem o diálogo da prática docente com o currículo escolar não amenizará antigos problemas educacionais. O espaço se refere ao território que a escola pertence e aos territórios que ela influencia, pois pode permitir um precioso diálogo com os mesmos, ou seja, articular o espaço escolar com outras experiências formativas. Essa articulação deverá ter como culminância uma organização do currículo com o aumento das disciplinas e com a incorporação de novos espaços como: parques recreativos, laboratórios, auditórios.

Assim, “é preciso mirar os espaços das escolas e também os de fora dela com outros olhos, potencializar seu uso, refletir acerca de qual infraestrutura é adequada para a ampliação da jornada e quais são os arranjos possíveis a serem feitos.”. (LOMONACO; SILVA, 2013, p. 20). Repensar a escola como um todo, fisicamente e pedagogicamente é necessário para o desenvolvimento da educação integral. Na própria BNCC a educação integral se apresenta nos fundamentos pedagógicos, ou seja, seria o tipo de educação considerada alicerce para o processo de aprendizagem para a educação básica, portanto,

Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem. (MEC, 2018, p.13).

Entendemos que se pretende que o aluno possua uma formação global, onde todos os aspectos precisam ser valorizados seja intelectual ou afetivo, sem nenhum sobrepor o outro, e para que isso ocorra, os alunos devem ser atores principais do processo de aprendizagem.

O CURRÍCULO EM FOCO: IMPASSES PARA FORTALECER A EDUCAÇÃO INTEGRAL E IMPLANTAR A BNCC

Retornar ao debate da educação integral nos reporta a grande missão de ampliar a jornada na escola conseqüentemente a transformado em escola de tempo integral nos faz repensar inúmeros fatores para seu desenvolvimento e possível concretização com qualidade. Para a implantação desta educação é necessária a reorganização institucional, além de deflagrar a fragilidade de alguns componentes pedagógicos, onde, dentre eles, destacamos a questão curricular. (SANTOS, 2013).

Conforme Sacristán (2017, p.15) currículo se define sobre vários aspectos o mesmo como,

Organizando as diversas definições, acepções e perspectivas, o currículo pode ser analisado a partir de cinco âmbitos formalmente diferenciados:

- O ponto de vista sobre sua função social como ponte entre a sociedade e a escola.
- Projeto ou plano educativo, pretensão ou real, composto de diferentes aspectos, experiências, conteúdos, etc.
- Fala-se do currículo como a expressão formal e material desse projeto que deve apresentar, sob determinado formato, seus conteúdos, suas orientações e suas seqüências para abordá-lo, etc.
- Referem-se ao currículo os que o entendem como um campo prático. Entendê-lo assim supõe a possibilidade de: 1) analisar os processos instrutivos e a realidade da prática a partir de uma perspectiva que lhes dota de conteúdo; 2) estudá-lo como território de intersecção de práticas diversas que não se referem apenas aos processos de tipo pedagógico, interações e comunicações educativas; 3) sustentar o discurso sobre a interação entre a teoria e a prática em educação.

Temos ciência que o currículo transmite pra escola o que se passa na sociedade daquela época, com inúmeras evidencias daquele contexto histórico, e isso se materializa nos conteúdos que necessitam se relacionados com a prática, com a vida do aluno. Então é preciso repensar as questões curriculares

nos espaços escolares para que possa transformar o ensino, e que esse possa conduzir a BNCC.

Neste panorama educacional a retomada das discussões acerca da questão curricular se tornou relevante e volta ao foco dos debates educacionais, desde discussões até a aprovação da BNCC, homologada pela Portaria nº1570/2017 e em dezembro de 2018, e recentemente foi homologada referente ao ensino médio, portanto, a base é

um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados **seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento**, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (grifos do autor) (MEC, 2018, p.9).

Entendemos que a Base enaltece sobre as aprendizagens, como as essenciais àquelas que o aluno precisa ter para se constituir como sujeito de direito, e assim compreender o mundo e atuar como cidadão no mesmo; e corrobora os direitos de aprendizagem, ou seja, as competências que o aluno precisa ter obter seu desenvolvimento integral, e estes direitos são garantidos, a partir das vivências que o espaço escolar pode proporcionar ao aluno. Essas competências estão dentro do fundamento pedagógico da BNCC, bem com a educação integral.

A Base traz um projeto de centralização curricular, algo rebuscado nos documentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) o que poderá ser um retrocesso na educação brasileira. Para Cássio (2018) quando se aponta a BNCC como, um projeto de centralização curricular, se quer dizer que é uma política de homogeneização de currículos, que como efeito dominó interfere em outras políticas como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), ou seja, principalmente nas políticas de compra e venda. Salientamos que muitos municípios possuem seus próprios referenciais curriculares, portanto impor uma base nacional é desrespeita a autonomia deste ente federado.

Este desrespeito a autonomia dos municípios ficou deflagrada na consulta pública sobre a BNCC, na sua primeira versão, pois havia uma tensão entre o novo referencial e as atuais políticas de currículo existente, como a

questão curricular regional, portanto a base poderá não solucionar os problemas existentes sobre o currículo e ela entra em conflito com outras políticas de currículo como as regionais. (CÁSSIO, 2018).

Percebemos assim que a BNCC pode acirrar ainda mais a desigualdade entre as redes de ensino seja municipal ou estadual, provenientes do Federalismo ratificado por Oliveira (2010) que acaba ocasionando recursos financeiros mínimos para o bom funcionamento da escola. De acordo com Costa (2018) a BNCC procura transformar os papéis exercidos na comunidade escolar e até entre os sujeitos do espaço escolar. O que temos é uniformidade de uma política curricular, um projeto educacional único para o país, como o projeto de centralização curricular que foram os PCNs na década de 1990, cujas críticas proferidas a este documento, são quase as mesmas para a BNCC, pois ambos documentos possuem semelhanças aos modelos curriculares estrangeiros, a exclusão dos profissionais da educação na elaboração do documento e a contradição entre estes documentos e as especificidades regionais.

Conforme Cássio (2018) os grupos políticos disseminam a ideia que a centralização curricular poderá alcançar uma educação de qualidade, e essa construção se dá para fortalecer as oportunidades de negócio, podemos citar aqui a Fundação Lemann, cuja fundação empresarial está muito presente na implantação da Base, devido está ser rentável para os agentes privados, tanto que ela é citada no PNE (2014-2024).

Portanto a BNCC foi uma das poucas políticas deste plano que foi ignorada, como as demais que foram. O descaso com o plano ocorreu devido este ficar sem orçamento devido o veto no artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, que previa orçamento para o cumprimento das metas do PNE (2014-2024). Assim a BNCC se torna magna e o centro de tudo no Ministério de Educação (MEC), devido quase tudo está atrelada ela, como reforma do ensino médio, bolsas para formação inicial para aplicação da Base, o PNLD e a avaliação e exames da educação básica. (CÁSSIO, 2018).

A Base possui fragilidades a partir do momento de empacotar as competências necessárias como um produto de pronta entrega a ser utilizado pelos docentes, não visando as diferentes formas de expressão e vivências de

nossos alunos, deste modo empobrecendo estas e até mesmo dos docentes, e isso vai contra o que defende a educação integral, que promove a importância das vivências em todas as suas formas.

Todavia enaltecer BNCC como salvadora da educação precária lhe fortalece constantemente, e destrói um projeto coletivo dentro da escola. A questão curricular necessita ser fortalecida, não pela premissa que ela seria responsável pelos problemas educacionais brasileiros, como algumas reformas educacionais tem apontado no decorrer da história, e não seria a Base, que fortaleceria e solucionaria os problemas educacionais de imediato. Fortalecer o currículo e fazer que o mesmo proporcione igualdade e educação para todos, e não contabilizando apenas acesso aos espaços escolares. Em concordância Cury (2018, p.19) no diz que

O currículo escolar, junto com outros dispositivos, se enquadra na constituição de uma nação a qual tem a ver diretamente com a constituição de Estados Nacionais. Desse modo, o currículo escolar se compõe com a busca de igualdade entre os cidadãos iguais na lei, perante a lei na declaração de direitos. Desse modo, a educação para todos torna-se uma função social do Estado de sorte a atender um direito do cidadão que busca na educação escolar uma via de cidadania compartilhada com seus concidadãos e um acesso digno na partilha dos bens produzidos.

O currículo deve promover igualdade e enaltecer a função social da educação, respeitando acima de tudo a autonomia da escola, pois sabemos que cada escola brasileira possui sua realidade, não são iguais, pois varia as regiões que pertencem havendo uma pluralidade étnica e social.

Implantar a BNCC antes de tudo deverá acompanhar as mudanças conjunturais, principalmente referentes ao currículo que precisa se apoiar na concepção de educação integral. A formação continuada para os professores é essencial para essa implantação, para que eles reflitam sobre a prática docente, primando à organização do currículo escolar com o objetivo de integrar os conhecimentos curriculares à realidade social, local e regional do aluno, entendendo que não há um único modo de ensinar e aprender, logo a escola não será o único templo do conhecimento e aprendizagem o que ocasionaria constante diálogo com a sociedade. O que se pretende conquistar é um currículo rico. De acordo com Branco (2012, p. 101):

Na nova proposta de currículo acrescentaram, aos conteúdos tradicionais de Português, Matemática, Ciências, História e Geografia, outros até então considerados menos importantes, como: as artes, a cultura das comunidades locais, os esportes e a preparação para o trabalho. Na organização do tempo escolar, foi criado o turno, destinado às disciplinas tradicionais e o contraturno, aos novos conteúdos.

Compreendemos que na educação integral todas as áreas são fundamentais para o processo de aprendizagem dos alunos, permitindo assim a construção de novos conhecimentos, afinal todos os conhecimentos e vivências enriquece a vida dos alunos. E para isso ampliar o tempo é necessário, para oportunizar novas realidades para o aluno. Logo, discutir e estudar o currículo são algo imprescindível, para saber quais caminhos tomaremos para chegar a melhor aprendizagem e aos direitos de aprendizagem almejados na Base, e como este desenho curricular vai ser viabilizado na prática docente, que também se torna fator fundamental para essa construção de uma educação integral.

Para Moll (2010), é imprescindível a formação para o professor, este é o primeiro desafio para atuar com educação integral em uma jornada ampliada, pois mais tempo na escola culmina em formar e qualificar educadores para atuarem nesta nova realidade educacional.

O docente terá que entender a organização do seu trabalho dentro deste tempo ampliado, rever planejamento, aprender novas didáticas, conteúdos, metodologias e avaliação. Além disso, é preciso se adaptar aos novos espaços educativos que a comunidade local e cidade oferecem que irão contribuir para a aprendizagem do aluno.

É sobre essa aprendizagem que ressaltamos a discussão sobre o currículo. Que aprendizagens a educação integral e uma escola de tempo integral poderão proporcionar aos seus alunos? É fato que se deverá atentar para as infinitas formas de aprendizagem das atuais gerações. Entender que essa aprendizagem não se baliza apenas nas escolas, que ela perpassa a comunidade local e espaços públicos, viabilizará o pertencimento ao seu bairro e município.

Segundo Santos (2013) percebemos que ofertar educação integral não é apenas ampliar a jornada escolar; é instaurar uma concepção de educação,

que oferte ao aluno competências diferenciadas que o atual mundo exige, como pretende a BNCC. Assim,

Dessa maneira, o que se pretende é oferecer novas oportunidades educativas e proporcionar aos estudantes interações em outros tempos, que não dizem respeito apenas ao tempo cronológico, mas também ao tempo subjetivo da aprendizagem, aquele que considera a individualidade, as interações grupais e os aspectos culturais dos estudantes. (LOMONACO; SILVA, 2013, p. 19).

Entendemos que, para esse tempo subjetivo, os componentes pedagógicos precisam ser repensados, e para esse estudo iremos nos deter ao currículo e à necessidade que este proporcione conteúdos que possam contribuir e articular conhecimentos que proporcionem aprendizagens significativas para a vida do aluno. Para alcançar essas aprendizagens é necessário que haja um diálogo entre o conhecimento acumulado de geração a geração com a tecnologia da informação gerada pelo mundo moderno, e isso nos faz refletir sobre a necessidade de um novo currículo que efetive esse diálogo. Para Lomonaco e Silva (2013, p. 22):

Faz-se necessário ousar e rever o ensino regular para dar conta de educar uma geração que nasceu na era da informação, da tecnologia e da velocidade. Pensar um novo currículo significa vislumbrar outras maneiras pelas quais a ação educativa possa ser efetivada.

Temos ciências que essas outras maneiras são possíveis devidos o currículo, segundo Apple (2006), não ser neutro, uma vez que o conhecimento ministrado na escola atende a interesses sociais e as políticas educacionais (controle social), o que contribui para desigualdade social.

Entretanto, para evitar a permanência dessa desigualdade social, segundo Sacristán (1998), é necessário promover a participação de alunos e pais na construção do currículo que, devido sua função emancipadora, permite ir contra a lógica do processo de dominação.

Pegorer (2014, p.82) afirma que:

Assim, é possível construir comportamentos, juízo de valores, saberes e forma de ser e estar no mundo. Com essa integração de conteúdos, a escola proporciona ao aluno condições de ser e estar no mundo em que vive de forma impar. O mundo, aqui, é estabelecido

como sendo sua casa, seu bairro, sua cidade, seu Estado, seu ambiente religioso entre outros.

O currículo da concepção de educação integral precisa pelejar para a emancipação do sujeito, pois, de acordo com Cavaliere (2012), essa concepção de educação caminha nesta vertente de emancipação, uma vez que concebe uma escola pública para todos com qualidade sempre articulada com diferentes espaços e sujeitos, uma escola que possa dialogar com os diversos campos do saber, não apenas com conteúdos pré-determinado, uma escola que defendesse os interesses da tarefa de educar, procurando revolucionar a educação brasileira de modo a ser ofertada com equidade. Isso nos reporta ao currículo integrado para alcançar a democratização da educação básica. Sobre o currículo integrado:

O termo “integrado” ao adjetivar currículo, expressa o resultado do ato de integrar saberes particulares em um espaço no qual circulam saberes socialmente legitimados para serem ensinados e aprendidos. Envolve a mobilização de critérios de seleção e de organização do conhecimento escolar. Isso significa que ao estabelecer o que pode/deve ser considerado como um saber/conhecimento passível de ser integrado, o ato de integrar define simultaneamente os sentidos de saber/conhecimento, do jogo político no qual as lutas por essa definição estão sendo travadas, bem como define também o contexto contingencial em que elas ocorrem. (CAVALIERI, 2012, p. 286).

Este currículo integrado deflagra uma possibilidade de poder socializar o conhecimento e torna-lo mais democrático, uma vez que permite combater a hierarquização de conhecimentos. Assim, esse currículo busca problematizar as disciplinas na definição das disciplinas escolares. Entende-se que integrar é procurar a articulação entre o conhecimento escolar organizado, através de suas matrizes curriculares, e as demandas sociais.

Essa articulação é importante, uma vez que deflagra as características da comunidade que a educação integral pretende integrar, uma comunidade de baixa renda e que possui dificuldade ao acesso de bens culturais.

O currículo escolar que atenderá essa educação integral precisa ter como eixo o entendimento de que este tipo de educação amplia oportunidades de vida e proporciona aprendizagem significativa e conseqüentemente emancipadora. Entende-se que não é ofertar o que já se oferta com o currículo básico, ressaltamos que ele é indispensável, contudo, é preciso ir além,

repaginá-lo tanto qualitativamente (ressignificação dos conteúdos, um currículo vivo) e quantitativamente (jornada ampliada), para que assim se oferte aos alunos outras oportunidades educativas. Eis a importância de reorganizar os espaços e tempos da escola, pois se trata de uma transformação necessária na estrutura administrativa e pedagógica da escola.

O que se pretende é que a matriz curricular construa um currículo integrado, que ofereça ao aluno atividades que mesclam o conhecimento científico e saber que ele possui. Para tornar possível essa revolução ou transformação, o coletivo precisa se fazer presente, ou seja, a comunidade escolar precisa estar empenhada nessa reorganização de tempo e espaços.

PERCURSSO METODOLÓGICO

Para entender esse campo conflituoso de realização das políticas públicas educacionais que é a escola, utilizamos a abordagem qualitativa, pois, para Gamboa (2009, p. 43), a pesquisa qualitativa “está mais preocupada com a compreensão (*verstehen*) ou interpretação do fenômeno social (...). O pesquisador precisa tentar compreender o significado que os outros dão às suas próprias situações.”.

Fizemos uma análise bibliográfica da literatura existente sobre Educação Integral, currículo e BNCC, nas produções do meio acadêmico e entre autores que tratam da temática, com o objetivo de depreender como a produção acadêmica brasileira vem abordando tal temática. O corpus dessa análise irá abranger livros, artigos, periódicos do período da elaboração do Manifesto dos Pioneiros, de 1932, até a contemporaneidade.

A análise bibliográfica tem por objetivo analisar as literaturas que estão sendo utilizadas em trabalhos que abrangem a temática da educação integral bem como das políticas públicas e sobre o currículo. Segundo Severino (2007, p. 122), “utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fonte do tema a serem pesquisados”.

Foi realizada também a análise documental, que se caracteriza como uma fonte de coleta de dados restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias (LAKATOS; MARCONI,

1991). Para ter acesso às informações que norteiam as políticas públicas educacionais da Educação Integral algumas bibliografias para embasamento teórico, bem como referências para a BNCC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de a agenda educacional reaver a educação integral e a mesma efervescer no cenário educacional brasileiro, e o Estado ser o promotor de políticas públicas para que essa educação se efetive no chão da escola, os avanços do seu desenvolvimento e concretização, ainda seguem em passos lentos para que se alcance a formação do sujeito integralmente. Portanto, é imprescindível um debate ampliado sobre a compreensão de educação integral e sua relevância, pois educar integralmente é focar no desenvolvimento humano como horizonte que se realizará através de cada potencialidade de cada indivíduo, valorizando as capacidades e vinculando as inúmeras dimensões do sujeito, como cognitiva, afetiva, ética, social, lúdica, estética, física, biológica.

A escola seria o espaço principal para isso, afinal ela deveria ser promotora da igualdade de oportunidades e democratização ao acesso do saber. Todavia, há uma luta hegemônica nesse espaço, trata-se de um campo de disputa hegemônica, um espaço de luta e construção de democracia. Portanto implantar de modo gradativo a educação integral dentro desse espaço hegemônico que é a escola é um processo árduo desde a efetivação das políticas públicas que existem muitas vezes só no papel, bem como referente a estrutura física das redes públicas municipais e estaduais. Entendemos que os processos educativos são subordinados ao interesse do capital, logo, desenvolver a educação integral, bem como a ampliação do tempo através da escola de tempo integral, é um processo complexo. Não basta apenas ampliar a jornada escolar, é preciso ir muito mais além, é preciso buscar que as os conteúdos programáticos do currículo escolar, as atividades teóricas ganhem “vida” através da prática e vivência seja dentro do espaço escolar, seja fora dele usando a cidade como espaço educador.

O contexto da educação integral tem em sua essência possui o objetivo de educar e proteger os alunos, de resgatar o processo de cuidar e respeitar os mesmos, não se tratando de desconfigurar a escola em sua função social. É dentro deste contexto a importância da escolha dos conteúdos escolares que traga aos alunos a relevância do questionamento e autonomia em confronto com a submissão ao autoritarismo, sendo assim despertar a criticidade sempre neles.

É necessário o estabelecimento do diálogo ampliado entre escolas e comunidades, o que permite tornar abrangente a dimensão das experiências escolares na vida dos alunos. Portanto, a escola será de suma relevância para o desenvolvimento do projeto de educação integral; não estando sozinha para a execução deste projeto, precisando urgentemente da contribuição de outras políticas públicas que promovam e enriqueçam a diversidade de vivências além da integração sólida de escola e comunidade, e não políticas que agradem grupos empresariais.

Trata-se de reconhecer que a sociedade mudou e está cada vez mais complexa e extremamente desigual e que a escola precisa ser mais do que um espaço que detém e repassar o saber pronto e acabado. A escola terá a incumbência de ser responsável pela socialização das gerações mais novas e ser determinante na preparação delas para o exercício da cidadania.

E nesta relevância do exercício da cidadania e no educar integralmente, que a Base nos preocupa, pois percebemos que ela não apresenta a igualdade que prega em seu documento, ou até mesmo as oportunidades educacionais, considerando as enormes disparidades educacionais e regionais que temos em nosso país. Portanto a BNCC não enfrenta as desigualdades, devido padronizar uma Base, para um país desigual. Além disso, poderá diminuir o currículo, pois possui uma visão hegemônica burguesa, e a imposição de um modelo curricular pra todos.

Temos que ter um sistema educativo que respeite a diversidade e esteja comprometido com os projetos curriculares que combatem a discriminação, sendo assim tem que se criar entre outras medidas prestar atenção às políticas de recursos didáticos e de materiais curriculares que

procurem trabalhar para diminuir as disparidades educacionais e enfrente as desigualdades.

Entendemos que a BNCC pode ser considerada uma proposta curricular obrigatória, mas não é o currículo oficial.

Para a concretização disso no espaço escolar, há desafios a serem enfrentados, pois o programa chega a escolas onde o espaço físico é o primeiro obstáculo para seu desenvolvimento, além de professores que ainda precisam procurar superar o antigo modelo educacional de tempo reduzido, por isso a formação continuada para professores e demais profissionais da escola são fundamentais para o acolhimento deste programa na escola, bem como em assegurar a permanência de alunos ofertando assim uma Educação Integral de qualidade.

Como a organização curricular visando à relação com o saber no espaço de aprendizagem; a elaboração do Projeto Político Pedagógico, prevendo o planejamento das atividades da escola envolvendo todos; a democratização da gestão, buscando potencializar a participação de órgãos como conselhos escolares, grêmios, associações e grupos constituídos na comunidade.

Ressaltamos que estes saberes concebem o valor cultural daquele local, logo consiste na carga cultural que os alunos trazem para a escola, sendo irrelevante sua condição social. Isso permitirá que os alunos possam aprender através das relações que surgem através da construção entre os saberes.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ASSIS. In: Maciel, Antônio Carlos; Ganzeli, Pedro; Costa, Silmara Almeida da. – **Sentidos da educação integral: conceitos, programas e implicações na realidade educacional** –Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

BRANCO, Verônica. A política de formação continuada de professores para a educação integral. In: MOLL, Jaqueline et al. (Orgs.). **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

BRASIL. **Decreto Presidencial n. 7.083** de 27/01/2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm. Acesso em: 10 out. 2019.

CÁSSIO, Fernando L. Base Nacional Comum Curricular: ponto de saturação e retrocesso na educação. **Revista Retratos da Escola**. (DES) democratização da Educação Brasileira. Brasília v. 12 n. 23 (2018). Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/issue/view/33>. Acesso em: 27 de agosto de 2019.

COSTA, Natacha Gonçalves. **Comunidade educativas**: por uma educação para o desenvolvimento integral. In: MOLL, Jaqueline et al. (Orgs.). Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Base Nacional Comum Curricular**: dilemas e expectativas/ Carlos Roberto Jamil Cury, Magali Reis, Teodoro Adriano Costa Zanardi – São Paulo: Cortez, 2018.

GADOTTI, Moacir. **Convocados, uma vez mais**: ruptura continuidade e desafios do PDE. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

GAMBOA, Sívio Sánchez; SANTOS. José Camilo dos. **Pesquisa Educacional**: quantidade e qualidade. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa. In: LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LOMONACO, Beatriz Penteado; SILVA, Letícia Araújo Moreira da. **Percursos da educação integral em busca da qualidade e da equidade**. São Paulo: CENPEC: Fundação Itaú Social - Unicef, 2013.

MAZZA, Débora. Educação integral: um horizonte para emancipação humana. In: Spigolon, Nima I. et al. (Orgs.). **Educação integral**: movimentos, lutas e resistências. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

MEC. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

MENEZES, Raquel. A importância do capital cultural de Bourdieu. **Educação Pública CECIERJ**, 13, jan.2009. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0204.html>. Acesso em: 09 ago.2019.

MOLL. Jaqueline. **A política de Educação Integral no Brasil**: Mais Educação. Colóquio Educação Integral- São Paulo: CENPEC, 2010. Vários autores.

_____. Formação humana integral: desafios para o sistema educativo e para a sociedade. In: Spigolon, Nima I. et al. (Orgs.). **Educação integral: movimentos, lutas e resistências**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

OLIVEIRA, Romualdo Portela (Org.). **Educação e Federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. 1. ed. Brasília: UNESCO, 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Educação integral em tempo integral: estudos e experiências em processos**. Ligia Martha C. da Costa Coelho (org.). Petrópolis, RJ: DP et alii, FAPERJ, 2009.

PEGORER, Valter. **Educação Integral: um sonho possível e de realização necessária**. 1ed- São Paulo: Texto Novo, 2014.

PERONI, Vera Maria Vidal. Relação público-privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil. **Revista Educação & Sociedade. Seção Especial: Privatização da Educação**. vol.41. Campinas (2020). Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101-733020200001&lng=pt&nrm=iso&page=2

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2017.

SANTOS, Áurea Andrezza Silva dos. **A Gestão pedagógica do Programa Mais Educação: um olhar a partir da experiência da Escola Teodora Bentes**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologias do trabalho científico**. 23ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

TEXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.